

Governo de Goiás tem três projetos no livro comemorativo dos 10 anos da LAI



Acesso à Informação

Após passarem por seleção que avaliou trabalhos de todo o país, três artigos sobre projetos da Controladoria-Geral do Estado de Goiás foram escolhidos para compor o livro "Lei de Acesso à Informação: itinerário de pesquisas, legados e perspectivas". Publicação, que comemora os 10 anos da Lei de Acesso à Informação (LAI), será lançada dia 18/5.

A Controladoria-Geral do Estado (CGE) teve três artigos escolhidos para integrarem o livro "Lei de Acesso à Informação: itinerário de pesquisas, legados e perspectivas". Os trabalhos enviados pela CGE apresentam resultados de projetos desenvolvidos pelo Governo de Goiás, voltados à ouvidoria e à transparência, que agora farão parte da publicação comemorativa aos 10 anos da LAI – Lei de Acesso à Informação. O lançamento da obra está marcado para 18 de maio, em audiência pública no Congresso Nacional.

Segundo os organizadores, o livro sistematizará análises, vivências e percepções da LAI sob as perspectivas de ciência da informação; comunicação; gestão pública; movimentos sociais; identidade e gênero. Apresentará também ações voltadas à LAI na perspectiva de transparência e controle social; horizontes internacionais; Comissão Nacional da Verdade e Direitos Humanos; e avanços, riscos e desafios da LAI no Brasil.

Projetos de Goiás

Os três artigos apresentados pela CGE e que venceram a seleção para integrar o livro tratam de projetos desenvolvidos pelo governo de Goiás entre 2019 e 2021. O primeiro trata do tema "Transparência Invasiva: possibilidades de atuação para maximização do engajamento cidadão no contexto da Lei de Acesso à Informação do Estado de Goiás".

O segundo trabalho aborda o tema "Bloqueio e Qualidade: mecanismos de aprimoramento do atendimento às solicitações de acesso à informação no âmbito do Sistema de Ouvidoria do Estado de Goiás". O terceiro artigo aprovado para a obra trata do tema "Inteligência Artificial como ferramenta de acessibilidade à informação: o caso do Estado de Goiás". Veja detalhes dos projetos no artigo ao final deste Boletim.

A iniciativa do livro é uma parceria do Grupo Estado, Informação e Sociedade (CNPq/UnB), do Grupo Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom e do Grupo de Políticas e Governança da Comunicação da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica).

Gestores públicos da CGE são homenageados na Assembleia Legislativa

Gestores da Controladoria-Geral do Estado (CGE) estiveram entre os homenageados na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), por iniciativa do deputado Francisco Oliveira, em virtude do Dia do Gestor Governamental. A solenidade, realizada dia 6/4 na nova sede do Parlamento goiano, se deu em reconhecimento à importância da profissionalização da gestão pública.

Presidindo a sessão, o deputado reconheceu a importância do trabalho dos gestores, destacando a qualidade da atuação de tais profissionais à frente da máquina pública, com suporte na implementação das políticas públicas e nas tomadas de decisões importantes pelo governo estadual.

No total, 42 profissionais foram agraciados com o Certificado do Mérito Legislativo, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado. Da CGE Goiás, receberam a honraria os gestores de Finanças e Controle, Cláudio Martins Correia, Luís Henrique Crispim e Stella Maris Husni Franco, além da gestora de Tecnologia da Informação, Tatiana Lisita. O gestor Eudenisio Batista da Silva, ex-chefe de Gabinete da CGE, falecido em razão da Covid, também foi agraciado em homenagem póstuma.



Gestores públicos receberam o Certificado do Mérito Legislativo. Pela CGE GO, receberam a homenagem Cláudio Martins Correia, Stella Maris Husni Franco, Tatiana Lisita, Luís Henrique Crispim e Eudenisio Batista da Silva (in memoriam)

Lançado o Prêmio Goiás Mais Transparente – Edição 2022

O Governo de Goiás lançou o 4º Prêmio Goiás Mais Transparente – Edição 2022. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), participam do prêmio todos os órgãos do Poder Executivo, que a cada ano investem em melhorias e em inovação dos portais de transparência. As avaliações das páginas de acesso à informação começam neste mês de maio, com resultado e premiação marcados para agosto.

Em um novo formato, o prêmio contará com uma avaliação preliminar das páginas de acesso à informação para que os órgãos tenham a oportunidade de corrigir os itens que porventura não estejam de acordo com a metodologia, antes da avaliação e ranqueamento final. A fase de consultoria prestada pela CGE, destaca nas edições anteriores, está mantida, assim como a fase recursal.

Como nesse ano o Prêmio será realizado no primeiro semestre, em razão do período eleitoral, os órgãos e entidades já iniciaram as atualizações dos portais, tomando como base as metodologias e a avaliação de 2021. As informações sobre o Prêmio Goiás Mais Transparente estão no site da CGE (www.controladoria.go.gov.br).



Linha do tempo do Prêmio Goiás Mais Transparente – Edição 2022

Ao investir na maior transparência dos atos e dados da administração, Goiás tem alcançado níveis de excelência em seus portais para garantir o acesso dos cidadãos a informações corretas e atualizadas.

Mudando de Assunto retoma formato presencial com texto de Lygia Fagundes Telles

A Controladoria-Geral do Estado (CGE) retomou o projeto "Mudando de Assunto" em seu formato presencial no último dia 29/4. Desta vez, foi abordada a obra "Venha ver o pôr-do-sol", conto da escritora paulista Lygia Fagundes Telles, falecida em abril, aos 103 anos. Idealizado pela Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, o Mudando de Assunto propõe um momento mensal para reflexão, discussão e debate de obras literárias pré-selecionadas.

O projeto está inserido no Programa Integra CGE, coordenado pela Superintendência de Gestão Integrada, que engloba várias ações voltadas à gestão de pessoas e propicia aos colaboradores do órgão momentos de interação e integração. O objetivo é tornar o ambiente de trabalho mais motivador, saudável e prazeroso, de forma a estimular a capacidade de produção e a criatividade dos servidores.

A primeira edição do Mudando de Assunto foi realizada em 30 de maio de 2019, no Espaço Entre – uma sala da CGE que foi revitalizada, em local de convivência, pela atual gestão, em local de convivência, leitura e descanso para os servidores do órgão.

O projeto, inicialmente realizado de forma presencial no Espaço Entre, tornou-se virtual durante o período da pandemia (maio de 2020 a fevereiro de 2022), voltando agora ao formato original. No Mudando de Assunto é feita a leitura do texto e discutidas as impressões e visões entre os participantes. Deixar de lado a parte técnica do dia a dia de trabalho e investir na beleza dos textos literários.



Desde o início do projeto de estímulo à leitura e à reflexão, 18 obras literárias de 12 autores já foram debatidos pelos colaboradores da CGE. Última edição discutiu obra de Lygia Fagundes Telles

Retrospectiva das obras e autores discutidos no projeto:

- "Olhos d'água" - Conceição Evaristo - 30/5/2019
- "A Terceira Margem do Rio" - João Guimarães Rosa - 7/8/2019
- "A hora da estrela" - Clarice Lispector - 24/4/2020
- "O conto da vara" - Machado de Assis | "O mistério da vila" - Geovani Martins - 26/6/2020
- "A Enxada" - Bernardo Elis - 31/7/2020
- "Feliz Aniversário" - Clarice Lispector - 28/8/2020
- "Para uma avenida partindo" - Caio Fernando Abreu - 25/9/2020
- "As cocoadas" - Cora Coralina | "Menino a bico de pena" - Clarice Lispector - 29/10/2020
- "Tema Surpresa" - 22/12/2020
- "Os mortos de Manaus" - Rubem Braga - 26/2/2021
- "Moto de Mulher" - Jarid Arraes - 26/3/2021
- "Os cavalinhos de Platilanto" - José J. Veiga - 30/4/2021
- "A estrutura da bolha de sabão" - Lygia Fagundes Telles - 28/5/2021
- "Aqueles dois" - Caio Fernando Abreu - 25/6/2021
- "De ponte a ponte: um encontro entre a literatura e a linguagem simples na companhia de Clarice Lispector" - 22/10/2021
- "A floresta do Adeus" - Itamar Vieira Junior - 25/2/2022
- "Venha ver o pôr-do-sol" - Lygia Fagundes Telles - 29/4/2022

CGE aborda a regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados em palestra no TCM

A chefe de Gabinete da Controladoria-Geral do Estado (CGE), Bruna Piza, foi uma das palestrantes do seminário organizado pelo Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM) sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), dia 19/4, no Plenário da corte de contas. A abertura foi realizada pelo conselheiro do TCM, Fabrício Motta e teve ainda, como palestrantes, o conselheiro-substituto, Flávio Luna e o professor Rodrigo Pironti.

Bruna Piza abordou as perspectivas para a LGPD no Poder Executivo de Goiás e o papel que a CGE desempenhará na adequação a essa legislação pelos órgãos estaduais. Sob coordenação da CGE, estão sendo definidas a regulamentação, as diretrizes estratégicas e a elaboração da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais, trabalho que será divulgado e implementado em breve.

De acordo com a proposta de regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Estado de Goiás, a CGE presidirá o Comitê Estadual de Proteção de Dados Pessoais (CEPD), que será integrado ainda pela Secretaria de Administração (Sead), Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação (Sedi).

A chefe de gabinete destacou que as atribuições da CGE serão de presidir, coordenar administrativamente o CEPD, apoiando-o na elaboração da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais (PEPD), com relação às diretrizes estratégicas traçadas pelos órgãos; apoiar o comitê na consolidação dos resultados e no monitoramento dos agentes públicos de tratamento de dados quanto à elaboração do seu respectivo Plano



Em seminário organizado pelo Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, a chefe de Gabinete da Controladoria-Geral do Estado, Bruna Piza, falou sobre como o Poder Executivo goiano tem lidado com a Lei Geral de Proteção de Dados. Uma das ações será a criação do Comitê Estadual de Proteção de Dados Pessoais

Operacional de Adequação; incentivar a elaboração de manuais e de modelos de documentos para a implementação da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais (PEPD) e apoiar e auxiliar nas capacitações, seminários e eventos com relação à LGPD.

Bruna Piza expôs ainda que os pedidos de dados pessoais (PRDPs) e o fluxo que as solicitações deverão percorrer no Sistema de Ouvidoria. A análise e o processamento das informações levará em conta, além da LGPD, leis específicas como a Lei de Habeas Data, a Lei Geral do Processo Administrativo e a Lei de Acesso à Informação (LAI). A integração da palestra pode ser conferida no canal do TCM no YouTube (TCMGO).

Controladoria realiza treinamento para novos ouvidores setoriais

A Controladoria-Geral do Estado (CGE), por meio da Gerência de Ouvidoria, realizou dia 26/4 o segundo treinamento do ano para novos ouvidores. Desta vez 11 servidores, representantes de seis órgãos, receberam a formação. Atualmente, 47 órgãos do Estado são interligados ao Sistema de Ouvidoria (SGO) por meio das ouvidorias setoriais. O treinamento permite mostrar o funcionamento, resolver dúvidas e conhecer sobre a legislação, diretrizes e práticas de responder as manifestações dos cidadãos.

Segundo o instrutor Denilson Marinho, as competências da Ouvidoria Setorial dos órgãos do governo goiano estão descritas no Decreto 9.270/2018, que estabelece as atribuições do ouvidor setorial, cuja atuação está diretamente subordinada à autoridade máxima dos respectivos órgãos e entidades. Para facilitar o acesso do cidadão aos canais de comunicação é importante a divulgação do nome dos servidores ocupantes do cargo de ouvidor setorial, além dos canais de comunicação, locais e horários de atendimento ao público disponibilizados pela ouvidoria setorial.

Participaram do treinamento na CGE servidores das secretarias da Retomada, do Governo e da Segurança Públi-



Treinamento estreita laços com a Ouvidoria-Geral do Estado e estimula o trabalho das unidades setoriais em cada órgão. O conhecimento detalhado do Sistema Geral de Ouvidoria (SGO), que foi desenvolvido pela CGE, agiliza o atendimento ao cidadão

ca; Fapeg, Goiás Fomento e Organização das Voluntárias de Goiás. Denilson Marinho destaca que essa atividade vem sendo reforçada, no intuito de estimular os ouvidores setoriais a se qualificarem cada vez mais, mostrando em seus respectivos órgãos a relevância estratégica do serviço de ouvidoria e abrindo mais espaço para a participação do cidadão.

CGE e GoiásFomento firmam Cooperação Técnica para viabilizar o Programa de Compliance Público Municipal

O controlador geral do Estado, Henrique Ziller e o presidente da GoiásFomento, Eurípedes do Carmo, assinaram dia 28/4 um Termo de Cooperação Técnica entre a Agência e a Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE) com o intuito de incentivar o Programa de Compliance Público Municipal (PCM).

Segundo Eurípedes do Carmo, é de suma importância apoiar a implementação do PCM a partir da experiência exitosa do Estado de Goiás. "Incentivar a transparência e as boas práticas nas gestões é tornar a administração pública mais efetiva, por isso tem nosso apoio irrestrito", destacou.

O objetivo é que a Agência de Fomento atue de forma colaborativa com a CGE para viabilizar a execução do programa. O PCM segue os parâmetros do Programa de Compliance Público do Poder Executivo de Goiás (PCPG), instituído em 2019, por meio de decreto do governador Ronaldo Caiado.

Henrique Ziller ressaltou a importância da parceria com a GoiásFomento e garantiu ser fundamental esse apoio



Apoio da Agência de Fomento do Estado de Goiás ao trabalho da CGE é fundamental para o sucesso do PCM, aponta Ziller

para o sucesso do projeto. "O PCM foi criado para que os municípios goianos façam a adesão e assegurem a melhor gestão dos recursos públicos. Eles recebem as orientações e capacitações quanto às ações a serem desenvolvidas".

ARTIGO

Goiás no livro de 10 anos da LAI

Por Diêgo Ramalho Freitas

Para comemorar os dez anos de vigência da Lei de Acesso à Informação (LAI), será lançado em maio, numa audiência pública no Congresso Nacional, o livro "Lei de Acesso à Informação: itinerário de pesquisas, legados e perspectivas". E, para mostrar o trabalho consistente e inovador que o Governo de Goiás realiza nessa área, três projetos desenvolvidos pela Controladoria-Geral do Estado (CGE) foram incluídos na publicação.

Após uma difícil seleção que avaliou trabalhos de todo o país, três artigos que detalham a execução e os resultados dos projetos da CGE, voltados à ouvidoria e à transparência, foram escolhidos para compor o livro.

A organização para a obra é uma parceria do Grupo Estado, Informação e Sociedade (CNPq/UnB), do Grupo Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom e do Grupo de Políticas e Governança da Comunicação da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica).

Os três artigos apresentados pela CGE tratam de projetos desenvolvidos pelo governo de Goiás entre 2019 e 2021. O primeiro aborda o tema "Transparência Invasiva: possibilidades de atuação para maximização do engajamento cidadão no contexto da Lei de Acesso à Informação do Estado de Goiás".

O texto avalia que, passados dez anos na normatização da LAI, a sociedade ainda não foi capaz de fazer uso efetivo dos dispositivos de acesso à informação, mais comumente uti-

lizados por grupos como imprensa e pesquisadores. Neste sentido, a transparência invasiva busca inverter os papéis previstos, colocando a administração pública como agente ativo na oferta de informações qualificadas aos cidadãos.

O segundo trabalho tem como tema "Bloqueio e Qualidade: mecanismos de aprimoramento do atendimento às solicitações de acesso à informação no âmbito do Sistema de Ouvidoria do Estado de Goiás". No texto, os autores reforçam que, ao se fornecer a informação solicitada via ouvidoria de forma célere e compreensível ao cidadão, a transparência é aumentada quando realizada com rapidez e assertividade.

Em três anos, segundo os resultados apresentados, o mecanismo de bloqueio introduzido pela Controladoria-Geral do Estado no Sistema de Ouvidoria de Goiás reduziu o prazo médio de resposta de solicitações de LAI de 15 dias para 7,5 dias. E o processo de revisão das respostas, coordenado pela CGE, aumentou a resolutividade dos Pedidos de Acesso à Informação de 45% para 70%, fortalecendo a relação de confiabilidade entre a administração pública e a sociedade civil.

O terceiro artigo que compõe a obra trata do tema "Inteligência Artificial como ferramenta de acessibilidade à informação: o caso do Estado de Goiás". Em 2020, após ação conjunta com participantes do projeto Agentes da Cidadania, identificou-se, por



Diêgo Ramalho Freitas é subcontrolador de Governo Aberto e Participação Cidadã da Controladoria Geral do Estado de Goiás

meio de mais de 800 relatos de cidadãos goianos, obstáculos operacionais no Sistema de Ouvidoria de Goiás que dificultavam o encaminhamento de solicitações de acesso à informação.

Para resolver essa dificuldade, com o apoio de técnicos da Secretaria de Desenvolvimento e Inovação de Goiás, foi construída uma ferramenta de inteligência artificial que paulatinamente se aprimorou, facilitando a interação do usuário com a administração pública. Esses projetos têm como foco promover o controle social sobre as ações da administração, para garantir o uso eficiente dos recursos em prol do interesse público.

EXPEDIENTE

Edição: Rodrigo Nunes Leles

Textos: Comunicação Setorial da CGE

Identidade visual: Maria Luz Carvalho

Diagramação: Pedro Henrique Pereira